



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8063

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluke Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Athos Mameluke Mota

Data: 20/10/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 134/2009. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Camarinhas I e II”. (Referente à Lei nº 4.163, de 29/10/2009).

Controle Interno – Caixa: 25.8

Posição: 19

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cx: 25.8
Ordem: 19
nº fls: 44



104/2009

27.10.2009

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 134/2009

Lei nº 4.163, de 29/10/2009

AUTOR:

Ver. Athos Mameluque Mota

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Camarinhas I e II.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 20/10/2009
Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - APROVADO EM REUNIÃO DE VOTACÃO
- 4 - CIA EM 27.10.2009
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

PROJETO DE LEI Nº **134**/2009.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.

O Povo do Município de Montes Claros (MG) por seus representantes na Câmara Municipal aprova, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Camarinhas I e II, inscrita no CNPJ 08.248.658/0001-29, com sede nesta cidade, na Fazenda Camarinhas, s/n, Zona Rural, Montes Claros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 19 de outubro de 2009.


ATHOS MAMELUQUE MOTA
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 20 DE OUTUBRO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 27 DE OUTUBRO DE 2009

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 134/2009 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública” de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de outubro de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 134/2009

AUTOR: Ver. Athos Mameluque Mota

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Camarinhas I e II.

I - RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 20/10/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/10/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal a **Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Camarinhas I e II**, com sede na Fazenda Camarinhas, zona rural desta cidade.

Esta Comissão verifica que o referido projeto não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais, tendo em vista que foram juntados os documentos previstos para a concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, a CLJR conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____